

Em nova negociação, reitoria concorda em discutir pontos em aberto, mas vários impasses continuam

Categoria deve avaliar e decidir nas assembleias

Em meio a toda a crise que afeta a Unesp, a reitoria não vinha demonstrando sensibilidade suficiente para estabelecer negociações efetivas com os segmentos, em torno de suas pautas específicas. No caso dos professores, uma única negociação específica havia sido realizada com a Adunesp, em 3/7/2013. Nela, o reitor Julio Cezar Durigan limitou-se a sinalizar com um reajuste de 3,415% (condicionado à aprovação pelo CO e pelo Cruesp) e não concordou em debater os demais pontos da nossa pauta específica (tratamento isonômico, condições de trabalho, avaliação docente, criação de comissão para tratar da carreira docente etc). Posteriormente, em negociação específica com o Sintunesp, Durigan havia anunciado o reajuste do vale-alimentação dos atuais R\$ 500,00 para R\$ 600,00, válido para servidores técnico-administrativos e docentes.

No dia 31/7, após insistência da Adunesp, nova negociação foi realizada. Pela reitoria, estavam presentes o reitor Durigan, a vice-reitora Marilza, pró-reitores e assessores. Pela Adunesp, compareceram membros da atual diretoria e da chapa que concorre às eleições nos dias 6 a 8/8 (Antônio Luís de Andrade/Tato, Carlos Alberto Anaruma, João da Costa Chaves Jr., Ângelo Antonio Abrantes e Fábio Kazuo Ocada).

Os representantes da Adunesp reiteraram a necessidade de voltar a debater a pauta específica apresentada pela entidade na negociação anterior, na qual constam os pontos:

- 1) Isonomia de pisos, salários e benefícios entre a Unesp e demais universidades estaduais paulistas.
- 2) Incorporação dos benefícios aos salários.
- 3) Revisão do piso salarial docente, passando o MS1 para R\$ 6.500,00, de forma que receba um salário no mesmo patamar do piso dos servidores técnico-administrativos de nível superior da USP.
- 4) Avaliação docente institucional, departamental e qualitativa, sem caráter punitivo e relacionada ao tripé ensino/pesquisa/extensão, respeitando as deliberações aprovadas nos dois Fóruns das Grandes Áreas.
- 5) Criação de uma comissão paritária permanente para discussão da carreira docente.
- 6) Revisão dos critérios e formas de progressão na carreira docente.
- 7) Combate à precarização e intensificação das condições de trabalho e seus efeitos sobre a saúde dos docentes.
- 8) Não ao Pimesp. Pela adoção das cotas como política de inclusão nas universidades paulistas.

Em relação ao índice de 3,415%, Durigan mudou o conteúdo do que havia dito na primeira negociação. Segundo ele, a proposta será levada ao CO para obter “respaldo político do colegiado máximo” e, posteriormente, encaminhada ao Cruesp, porém, “será aplicada independente da posição dos demais reitores”. O reitor afirmou que, após aprovação no CO, o índice será aplicado sobre os salários de agosto, para recebimento em setembro. Os diretores da

Adunesp estranharam esta nova informação, pois na primeira negociação havia sido dito que o índice seria retroativo a maio.

Questionados se a Adunesp fazia alguma objeção ao índice de 3,415%, os representantes da entidade disseram que, preliminarmente, não. Porém, a decisão cabe, como sempre, à categoria, em suas assembleias. A Adunesp reafirmou também a importância de manutenção da isonomia na carreira dos docentes e entre as três universidades.

Sobre a reivindicação de incorporação dos auxílios e gratificações (alimentação, por exemplo) aos salários, o reitor prevê dificuldades por conta de “restrições legais”. Mas não fechou questão. Ambas as partes (Adunesp e reitoria) vão consultar suas assessorias jurídicas para subsidiar o debate.

Em relação à avaliação docente, os diretores da Adunesp reafirmaram o descontentamento da categoria com o rumo que tomou a discussão, ao ignorar os encaminhamentos aprovados durante os dois Fóruns das Grandes Áreas. A entidade pede a abolição da planilha enquanto instrumento de corte e definição de contratos de trabalho. Se houver planilha, ela deve ser estabelecida por área, ser diagnóstica (e não punitiva), de caráter qualitativo e sujeita ao projeto departamental. O reitor informou que o assunto está em aberto e que estará em pauta na próxima reunião do CEPE, no dia 13/8. Ele pede que a Adunesp formalize, então, suas propostas e as encaminhe através dos representantes docentes na próxima sessão do colegiado.

Sobre a reivindicação de comissão paritária permanente para discussão da carreira docente, Durigan acha que é viável, embora a implantação da carreira ainda seja recente na Unesp. Pede que a Adunesp envie um documento com suas propostas objetivas, para serem submetidas aos colegiados. Para o Sindicato, a constituição da comissão é fundamental, pois será o espaço em que poderão ser debatidos ajustes e adequações na carreira.

Os representantes da Adunesp reafirmaram a posição da entidade sobre o Pimesp, reivindicando que a Unesp adote a política de cotas estabelecida pela legislação federal. O reitor reafirmou o que havia dito em negociação anterior, de que o CO aprovou apenas que a Unesp fará a inclusão. “Como isso será feito ainda é uma questão em aberto”, disse. Segundo ele, há a disposição em prosseguir com as discussões sobre o assunto.

A reunião também abordou a questão das contratações docentes. Conforme a Adunesp vem denunciando, a Universidade passou por uma grande expansão nos últimos anos. De 1995 a 2011, por exemplo, o número de alunos de graduação e de pós-graduação saltou de 24.395 para 46.709. No mesmo período, o número de professores foi de 3.497 para 3.553. Sobre este questionamento, a vice-reitora, professora Marilza, disse que a instituição vem repondo os ‘quadros’ e que não há processos na reitoria, cabendo aos departamentos realizarem solicitações de ampliação de contratação docente. Disse, ainda, que serão discutidos os critérios sobre a questão de ampliação do número de docentes.

Sobre a mudança provisória da sede da Adunesp para um espaço no antigo IA, no Ipiranga, a reitoria deu garantias de que a entidade retornará ao local atual (Praça da Sé) após a conclusão da reforma.

Sobre as denúncias de que haveria irregularidades no SPPrev, Durigan afirmou que elas não procedem e que será dado informe a respeito na próxima reunião do CEPE.

Quem decide são os docentes!

Assembleias até 9/8 devem avaliar e definir rumos

Ao contrário do que espalhou a reitoria logo após a negociação do dia 31/7, via e-mail, a Adunesp não fechou questão em torno da proposta do reitor. Como sempre faz, a entidade remete a avaliação e a definição para as assembleias de base. Quem decide são os docentes, em assembleia!

A Adunesp indica às subseções que realizem assembleias até o dia 9/8, sexta-feira, para que os docentes possam avaliar a negociação e se posicionar sobre o indicativo de greve apontado na plenária anterior da Adunesp, realizada em 25/7. No dia 12/8, nova plenária será realizada para tabular os resultados e definir o indicativo geral da entidade.

Sem organização, não tem luta! Sem luta, não tem conquista!